DOI: 10.5433/1984-3356.2025v18n35p259-287
Submissão: 14/12/2024 | Aceite: 29/03/2025

“Um abandono covarde aos acometimentos de um inimigo em triunfo”: cenas do cólera no Ceará (1862)

“A cowardly abandonment to the ravages of a victorious enemy”: scenes from the cholera epidemic in Ceará (1862)

“Un cobarde abandono a los azotes de un enemigo victorioso”: escenas de la epidemia de cólera en Ceará (1862)

Jucieldo Ferreira Alexandre[1]
Paulo Henrique Fontes Cadena[2]

CC BY

Resumo: No ano de 1862 a província do Ceará foi atingida por uma epidemia de cólera. A crise sanitária levou cerca de doze mil pessoas a óbito. Queremos mostrar neste trabalho como a crise sanitária afetou o cotidiano, as práticas penitencias e os ritos fúnebres das localidades afetadas. Para atingir nosso objetivo, partiremos da análise de um conjunto de documentos do período, com destaque para cartas escritas por sacerdotes, textos publicados na imprensa, registros paroquiais de óbito, documentos emitidos pelo governo provincial e um relatório escrito por médico que atuou no socorro às comarcas de Crato e Jardim, na região do Cariri.

Palavras-chave: epidemia de cólera; Ceará; cotidiano; penitência; ritos fúnebres.

Abstract: In 1862, the province of Ceará was struck by a cholera epidemic. The health crisis caused the death of approximately twelve thousand people. In this study, we aim to show how the health crisis affected the daily lives, penitential practices, and funeral rites of the affected localities. To achieve our goal, we will analyze a set of documents from the period, with a focus on letters written by priests, texts published in the press, parish death records, documents issued by the provincial government, and a report written by a doctor who worked to provide relief to the districts of Crato and Jardim, in the Cariri region.

Keywords: cholera epidemic; Ceará; everyday; penitential practices; funeral rites.

Introdução

Era maio de 1855 quando um visitante indesejado desembarcou em solo brasileiro, mais precisamente, no porto de Belém do Pará. O viajante não era uma pessoa e sim um patógeno: o vibrião colérico, agente transmissor do cólera. O vibrião veio escondido no organismo de passageiros oriundos de Portugal, na galera Defensor, conduzindo três centenas de colonos lusos, a serem engajados na Companhia de Navegação e Comércio do Amazonas (Beltrão, 1999).

Ao pisarem no solo brasileiro, aqueles viajantes contaminados davam continuidade à expansão do cólera pelo mundo oitocentista. Para William McNeill (1976, p. 266), os surtos do cólera foram as mais significativas manifestações de como a industrialização alterou as relações humanas com as doenças, ao propiciar a "peregrinação global" do vibrião que até o início do século XIX agia de modo endêmico na Índia, especialmente na região do baixo-Bengala, no Delta do Ganges. Em época marcada pelo Imperialismo, a ação militar e as trocas comerciais encetadas pela Europa em outras regiões do planeta e o desenvolvimento dos transportes no século XIX, com as vias férreas e os navios a vapor, facilitavam o contato e deslocamento de pessoas e produtos pelo mundo. A tecnologia, a encurtar o tempo das viagens e aproximar lugares longínquos, favorecia, igualmente, um maior deslocamento das epidemias (Rosen, 1994).

Não por acaso, as cidades portuárias da Europa, com ajuntamentos populacionais cada vez maiores, foram dominadas por grandes epidemias de cólera. Tratando do assunto, Richard Evans (2005, p. 564) afirmou que, como todas as epidemias, o cólera não foi um evento autônomo e fortuito, mas produto da agência humana, da desigualdade social, da agitação política e da industrialização. Espalhando-se por todos os continentes, o cólera teria sido responsável por cerca de trinta a quarenta milhões de mortes no mundo oitocentista (Sournia; Ruffie, 1986, p. 124).

Diante do morticínio causado pelo cólera globalmente, a contaminação do Pará, no ano de 1855, era um mau augúrio. Uma vez em solo brasileiro, o cólera alastrou-se velozmente. Interpondo-se às tentativas de quarentena, seguindo a rota marítima dos vapores a interligar as capitais provinciais litorâneas, assim como as vias terrestres, unindo estas às localidades interioranas, a doença espraiou-se pelo território imperial entre os meses de maio de 1855 e janeiro de 1856, atingindo quatorze províncias (Alexandre, 2020).

Na ocasião, o cólera teria matado cerca de duzentas mil pessoas, sendo cento e trinta mil só na região conhecida atualmente como Nordeste. Bahia, Pernambuco e Paraíba tiveram as maiores mortalidades registradas, ultrapassando a casa de trinta mil cada (Diniz, 2011, p. 57). Para Donald Cooper, "nada menos que dois terços das vítimas do cólera no Brasil eram negras. Foi um holocausto sul-americano do século XIX", o "maior e mais dramático desastre demográfico do Brasil" (Cooper, 1986, p. 486).

Além da alta mortalidade, o cólera horrorizava pelos efeitos degradantes da doença sobre a aparência dos sujeitos adoecidos. O espetáculo nauseabundo dos vômitos e diarreia incontroláveis modificava em pouco tempo o corpo mais rijo, transformando-o em algo ressequido, enrugado e esquelético. Apavorava, sobretudo, a cianose, sintoma decorrente do colapso circulatório, deixando os doentes com a pele azul (Rosenberg, 1987, p. 2).

Diante dos funestos feitos do cólera no Império do Brasil, a província do Ceará conviveu com o medo de ser visitada por tão indesejado viajante nos anos de 1855 e 1856. Com a peste agindo, ao mesmo tempo, em três províncias (Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte) ligadas ao território cearense, a maior parte de suas fronteiras estava sitiada entre 1855 e 1856. A apreensão em relação à proximidade dos surtos epidêmicos está fartamente documentada, sendo escopo da análise feita pela historiografia sobre o tema (Alexandre, 2010; Lemos, 2016; Maciel, 2017). A peste poderia cruzar os limites do Ceará por Crato, na fronteira com Pernambuco, ou por Icó, fronteiriço da Paraíba e do Rio Grande do Norte, ou ainda em Aracati, vizinho do território potiguar. Todas as possibilidades pareciam verossímeis, pois os "pontos limítrofes dessas comarcas com o das províncias vizinhas têm sido atacados daquela epidemia, e não é impossível que ela, por um dos seus numerosos caprichos, passe imediatamente para o território desta província" (Cunha, 1856, p. 24).

Sem embargo do receio sentido entre 1855 e 1856, o cólera não cruzou a fronteira do Ceará naquela ocasião. Passadas as cenas de pânico dos surtos iniciais, a doença permaneceu errante pelo território brasileiro. Manifestações bem mais amenas, em comparação à temporada de estreia, ocorreram em 1857 e nos anos seguintes nas províncias da Paraíba, Rio Grande do Norte, entre outras que já haviam sido palco para o terrível drama epidêmico. Entre 1858 e 1861, o cólera parecia ter desaparecido, sumindo quase completamente da mira dos jornais e dos discursos dos políticos do Ceará.

Não obstante, iniciado o ano de 1862, o sinal de alerta quanto ao cólera voltava a ser acionado no Ceará. O motivo era que novos surtos atingiam Pernambuco e Paraíba. Ao longo de janeiro e fevereiro, a doença foi avançando sobre o sertão das duas províncias, chegando a áreas limítrofes ao Ceará.

O principal foco de tensão nos primeiros meses de 1862 envolvia a cidade de Icó, um dos mais importantes polos comerciais do Ceará. Situada na fronteira com a Paraíba, tendo relações comerciais com localidades então atacadas pelo cólera, Icó parecia ter tudo para funcionar como porta de entrada da peste no território cearense. Não por acaso, as publicações da imprensa reivindicavam providências das autoridades para evitar a contaminação da cidade, bem como sugeriam o envio de médicos e remédios para tratamento dos eventuais doentes, caso se manifestassem no lugar. A imprensa também noticiava as ações do governo provincial sobre o tema, como a nomeação de uma comissão sanitária na cidade de Icó, reunindo autoridades civis, militares e religiosas, bem como médicos e pessoas de posses da localidade. A comissão recebeu por parte de José Antônio Machado, vice-presidente do Ceará, então à frente do governo provincial, a autorização para contratar médicos, administrar os remédios e outros recursos enviados de Fortaleza, montar lazaretos, como eram chamadas as enfermarias provisórias para tratamento dos doentes, e providenciar "de tudo o mais que for preciso para que não faltem à população os socorros públicos" (Pedro II, 1862, p. 1). A cada um dos onze componentes da comissão de socorros, José Antônio Machado instava valores filantrópicos e patrióticos. Solicitava, inclusive, algo difícil de ser garantido em uma crise epidêmica: a comissão deveria evitar o medo generalizado, não poupando "esforços de qualidade alguma" para incutir "coragem no ânimo da população, caso apareça a epidemia do cólera morbo". O vice-presidente orientava:

> No caso de que essa epidemia aí apareça, cumpre que [...] considerem como um dos principais deveres o evitar que a população deixe-se dominar pelo terror, que a experiência tem mostrado servir somente para aumentar a influência e devastação do mal, tornando-se ao contrário muito menos fatal e até benigno quando encontra na população coragem e firme vontade de combatê-lo (Pedro II, 1862, p. 1).

A recomendação era indício de crença antiga, na qual o abatimento moral numa quadra epidêmica era interpretado como algo a predispor os indivíduos à contaminação (Delumeau, 1989, p. 125). Tal ideia era validada pelo discurso médico oitocentista, ansioso por disciplinar até mesmo o dobre de sinos pelos

finados, pois tais sons atingiriam os "nervos" da população, debilitando-a e favorecendo o adoecimento (Reis, 1991, p. 265).

Mesmo que a comissão pudesse seguir à risca essa e as demais orientações da presidência da província, a possibilidade de Icó fugir do cólera era irrisória. A doença avançava célere, matando nas povoações fronteiriças ao município. No dia 5 de abril de 1862, José Leandro Tavares, "um forasteiro chegado do Rio do Peixe" (Studart, 1997, p. 54), localidade da Paraíba, morreu em território icoense: o visitante indesejado chegou ao Ceará. A partir daquela localidade, a doença rapidamente se alastrou pela província, seguindo os passos de boiadeiros – Icó era polo de distribuição de gado desde o século XVIII – ou de pessoas que fugiam de lugares contaminados, carregando o vibrião colérico nos organismos e mantimentos. Como demonstrou Dhenis Maciel (2017, p. 97), a entrada do cólera no Ceará não ocorreu pelo litoral: reproduziu as rotas de ocupação do sertão cearense no século XVIII, o caminho do gado, das ribeiras a ligar a região sul ao porto de Aracati.

Quase um mês após o registro da primeira morte em Icó, em ofício de 4 de maio, José Antônio Machado, vice-presidente do Ceará, comunicava a Ildefonso de Lima Ramos, ministro dos Negócios do Império: "não eram infundados os receios" sobre a "invasão do cólera-morbo nesta província que está hoje a braços com este terrível flagelo" (Machado, 1862). Comunicava o "quadro doloroso" de Icó, no "seu auge de intensidade, apresentando o cortejo de horrores que a acompanha". Anexada ao ofício, estava cópia de comunicação feita pelo juiz de direito Luís José de Medeiros, presidente da comissão nomeada pelo governo provincial para socorrer os icoenses. Escrito a 18 de abril, apontava o ânimo abatido da população, frente às dezenas de mortes contadas diariamente. Devido ao grande número de acamados os "médicos já não têm forças e nem tempo para tanto trabalho, não lhes sendo possível acudir a todos". A situação complicava-se pela falta de pessoal necessário para trabalhar no hospital improvisado e no cemitério. A doença atingia prestadores de assistência à população, como "um velho sacerdote que ontem sucumbiu e de dois outros que tem sofrido, e que eram no seu elemento religioso, bons colaboradores na presente quadra" (Medeiros, 1862). Um dos médicos lá residentes, Pedro Théberge, adoeceu, de modo que a "cidade se comoveu sensivelmente a esse duplo golpe que [a atingiu] espiritual e materialmente", ante a falta "desses seus guardas vigilantes e ativos zeladores" (Medeiros, 1862). Neste cenário desolador, narrava Luís de Medeiros, as ruas da cidade estavam esvaziadas:

> Quase todos os seus habitantes se recolhem, se concentram no recinto de suas casas ou fazendas em leitos de dor ou velando à cabeceira dos amigos[,] dos parentes que sofrem. Há uma verdadeira desolação, um como abandono covarde aos acometimentos de um inimigo em triunfo (Medeiros, 1862).

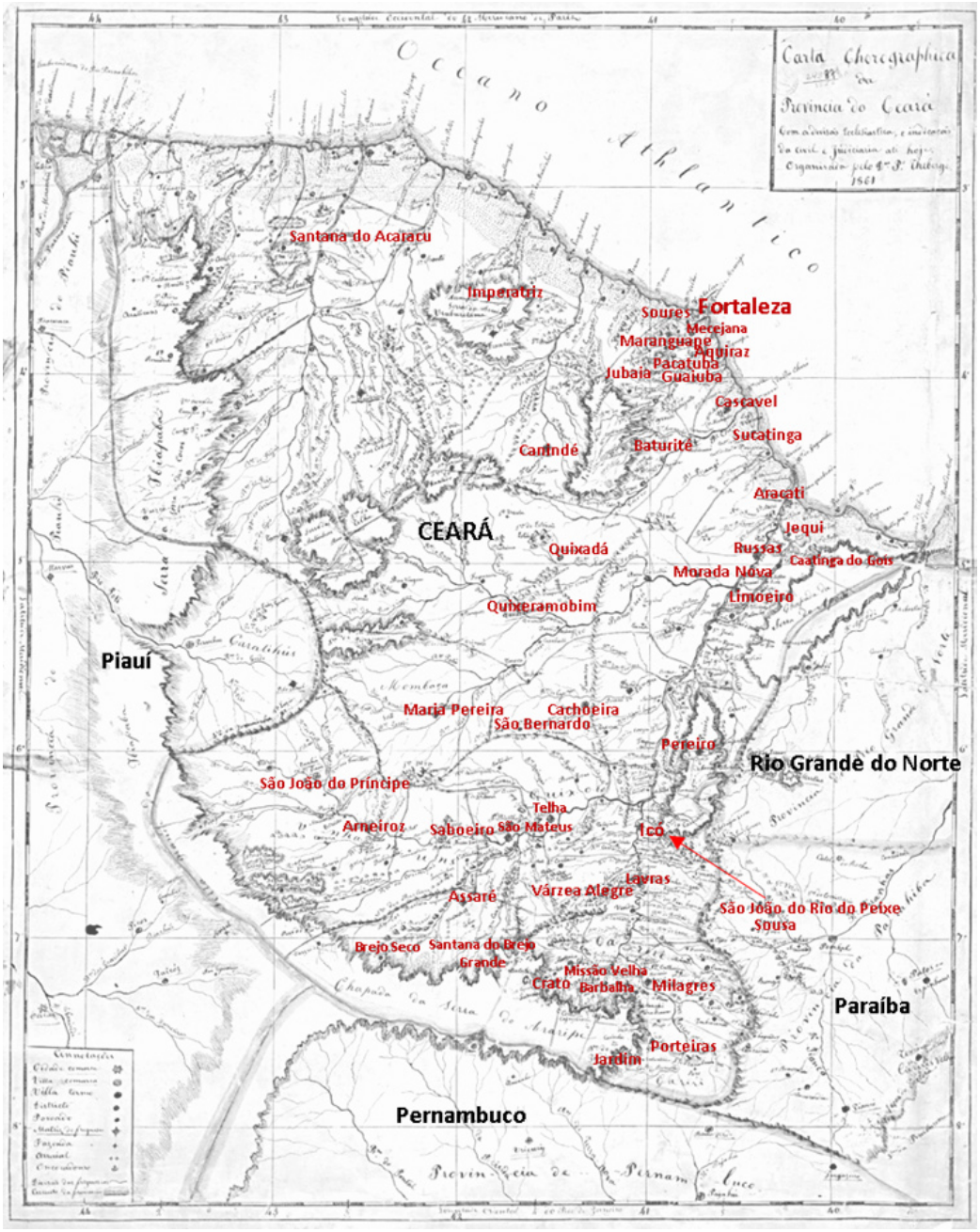
No mesmo dia 4 de maio de 1862, em que José Antônio Machado escrevia ao Ministério dos Negócios do Império sobre a situação de Icó, o pároco da localidade, Miguel Francisco da Frota, enviava carta ao Bispo do Ceará, Dom Luís Antonio dos Santos, narrando a "intensidade espantosa" do cólera na localidade. O sacerdote percebeu que "[o cólera] fez a primeira vítima no dia 5 do mês próximo passado, e já hoje a cifra da mortalidade sobe a 496!" (Frota, 1862). O vigário continuava a descrição: "Não sei, não posso mesmo descrever a crise dolorosa por que passei vendo uma coisa horrível, uma confusão medonha que exigindo de mim um trabalho superior às forças humanas, oferecia ao mesmo tempo um cálice de amargura e de aflição" (Frota, 1862). A cidade estava tomada pelo desespero com uma doença que não se sabia como combater. Além disso, uma das fontes de autoridade que comandava a região, como é sabido, era a figura do padre. Mas nem ele estava conseguindo dar conta de tanto sofrimento e desespero junto à população:

> Sim Senhor Bispo: No espaço de 26 dias, e principalmente nos dias da Semana Santa, e outras tantas noites, por entre os escuros, trovões e relâmpagos muitas vezes eu era transportado d'uma à outra casa, de uma à outra rua sem saber por quem; por isso que apenas acabava de sacramentar moribundos em uma casa, já era arrebatado por quem mais força tinha de entre os que me procuravam. Durante o dia sempre que saía d'alguma casa, corriam a ter comigo, cada qual julgando-se com igual direito a ser atendido; as mesmas crianças d'um a outro sexo chegavam-se a mim com as faces banhadas em lágrimas, e pegando-me nas mãos diziam: Padrinho, venha ver a gente da minha casa que está toda doente e uns já morrendo! Mas isto não era um conto de crianças, era uma triste verdade (Frota, 1862).

Após iniciar a matança em Icó, a peste espalhou-se por diversas localidades do sertão do Ceará, atingindo também trechos do litoral da província. Saindo do polo inaugural de contaminação, seriam atingidas pelo cólera, ao longo de 1862, as localidades de: Aquiraz, Assaré, Aracati, Barbalha, Baturité, Canindé, Cascavel, Crato, Fortaleza, Imperatriz, Jardim, Lavras, Maranguape, Milagres, Missão Velha, Morada Nova, Quixeramobim, Russas, Saboeiro, São João do Príncipe, Telha,

Várzea Alegre, entre outras. O jornal *O Cearense* calculou em 24 o número de freguesias visitadas pelo "mal de Ganges" até 20 de março de 1863 (O Cearense, 1863). Para se ter ideia do que esta informação significava na prática, havia 34 freguesias na província no início dos anos 1860 (Brasil, 1997, p. 235). Na imagem a seguir, é possível visualizar os territórios acometidos pela doença:

Imagem 1 – Mapa do Ceará com localidades afetadas pelo cólera em 1862



Fonte: Alexandre (2010, p. 70). Sinalização das localidades cearenses afetadas pelo cólera em 1862 sobre a imagem da "Carta corográfica da Província do Ceará com divisão eclesiástica e indicação da civil judiciária até hoje" (1861), elaborada por Pierre Théberge.

O cólera abrangeu, desta forma, parte significativa do território cearense, marcando presença nas regiões do Cariri e Inhamuns, no sertão central e norte da província e em parte do litoral, incluindo a própria capital. Neste artigo, trataremos dos efeitos da epidemia sobre o Ceará, destacando como a crise sanitária afetou o cotidiano das localidades contaminadas. Para atingir nosso objetivo, partiremos da análise de um conjunto de documentos do período, com destaque para cartas escritas por sacerdotes, textos publicados na imprensa, registros paroquiais de óbito, documentos emitidos pelo governo provincial e um relatório escrito por médico que atuou no socorro às comarcas de Crato e Jardim, na região do Cariri.

"Tenho conservado o povo de minha Freguesia em contínua penitência"

Era 27 de fevereiro de 1862 quando o pároco de Missão Velha, Félix Aurélio Arnaud Formiga, pegou papel e pena e escreveu ao bispo Dom Luís Antonio dos Santos. Na carta, padre Félix Formiga descrevia-se como "possuído de terror, e aflição" ante as notícias acerca do "cólera, que, atacando diversos lugares nos limites desta província [do Ceará] com a da Paraíba, se acha distante desta povoação [Missão Velha] vinte léguas, no lugar denominado Cajazeiras" (Formiga, 1862a).

Entendendo ser a epidemia uma punição de Deus pelos pecados da humanidade, o pároco informava como vinha fazendo o trabalho pastoral juntos aos fregueses: "Aterrado e aflito, não pela horribilidade do mal, mas pela consciência do quanto merecemos ser castigados pelas nossas culpas, chamei o povo à penitência, e determinei preces ao todo Poderoso, em quem só confiamos plenamente" (Formiga, 1862a). O padre, ao fim da carta, informava esperar do bispo a anuência para o que vinha realizando: "Espero que V. Exª. aprovará meu procedimento, e ao mesmo tempo peço a Vossa Excelência por mim e em nome de meus Fregueses, que se digne de dirigir suas preces ao Deus de Misericórdia em favor de todos povos ameaçados de tão horrível flagelo" (Formiga, 1862a).

Ao que parece, o bispo leu com preocupação o relato do vigário de Missão Velha, posto que a realização de atos públicos de penitência não deixava de significar risco à saúde pública em tempo de epidemia. Sabemos dessa precaução de Dom Luís Santos por outra carta do padre Félix Formiga, datada a 21 de maio de 1862. Nela o pároco relatava ter recebido "o mui prezado favor com que Vossa Excelência se dignou de honrar-me" (Formiga, 1862b). O "favor" era uma carta de 8 de março, em resposta à de 27 de fevereiro. Pelas datas das missivas, nota-se como a troca de

correspondência entre a sede da Diocese, em Fortaleza, e as paróquias do Cariri, no sul do Ceará, demandava um longo intervalo de tempo, seja pelo acúmulo de cartas a serem respondidas pelo prelado, o que retardava a correspondência ativa dele, ou pela distância de cerca de quinhentos quilômetros entre as localidades.

Ante a cautela do prelado diocesano, o padre Félix Formiga tentou tergiversar, alegando justamente a demora em receber a carta de 8 de março: "Se tivesse recebido antes o sobredito favor de Vossa Excelência, por certo que teria em obediência às determinações de Vossa Excelência parado com as preces e penitências que temos feito" (Formiga, 1862b). Todavia, o pároco parecia resistir à determinação do bispo, pois considerava que as penitências iriam minorar a violência do cólera em Missão Velha:

> [...] tenho a comunicar a Vossa Excelência que desde aquela data em que me designa Vossa Excelência até hoje tenho conservado o povo de minha Freguesia em contínua penitência, fazendo novenas a São Sebastião, à Nossa Senhora das Dores, à Santa Rita, a São José, Padroeiro da Freguesia, celebrando a Festa da Semana Santa e finalmente fazendo os exercícios do Mês Mariano – que costumo fazer todos os anos em minha Freguesia, e presumo, que Vossa Excelência levará a bem que eu continue até findar essa devoção (Formiga, 1862b).

Quem lê esse texto já deve ter percebido: o padre Formiga fazia questão de acumular pessoas ao redor das práticas católicas. Se o vibrião pode ser passado de pessoa a pessoa pelo contato com água, alimentos e objetos contaminados, e a eucaristia era distribuída das mãos do sacerdote de boca em boca, o vigário estimulava, sem saber, a transmissão da doença. Na busca por justificar a aparente desobediência, o padre destacava como o clima tenso instaurado pelo cólera e o discurso penitencial estavam gerando frutos junto aos fregueses:

> Devo dizer a Vossa Excelência, que com estas penitências a que o povo se tem prestado, ao que me parece, da melhor vontade, longe de desanimar-se e possuir-se de terror, se tem mostrado perfeitamente resignado, corajoso e disposto a encarar o flagelo, pois muito e muito confia na Divina Providência primeiro senão o único [...] a quem devemos recorrer em tais conjunturas; porque também ao passo que o chamo a penitência, mostrando suas vantagem e força para obter-se a misericórdia de Deus, procuro ao mesmo tempo incutir-lhe ânimo, persuadindo-o de que o mal não é tão terrível, e que menor se tornará com as nossas súplicas e mortificações do que temos muitos exemplos na História (Formiga, 1862b).

Para Félix Formiga, a manutenção das celebrações penitenciais estava emendando os paroquianos, ao ponto de muitos, por medo da morte pela epidemia, estarem procurando reconciliar-se com outras pessoas e com a Igreja, através da busca dos sacramentos:

> Devo dizer mais a Vossa Excelência que tenho pregado em quase todos os Domingos, como me tem permitido a minha fraqueza e incapacidade intelectual; foi meu primeiro cuidado falar sobre o perdão das injúrias, inimizades, e tenho a fortuna de asseverar a Vossa Excelência que tem havido uma geral reconciliação nesta Freguesia, de sorte que não me consta haver presentemente alguma malquerença: muita gente que por indiferença, ou outros motivos não se confessavam havia muito tempo, e pareciam rebeldes, têm procurado a confissão sacramental; alguns amancebados se estão habilitando para se casarem e outros têm saído desse miserável estado; e finalmente, Excelentíssimo Senhor, não me tem parecido sem fruto o chamamento à penitência, em cuja prática, muitos se têm convertido à vista da penitência doutros (Formiga, 1862b).

A inspiração para a ação pastoral adotada, segundo o vigário, vinha de outro sacerdote, que pela penitência teria impedido a ação do cólera em uma localidade paraibana:

> Mais animado fiquei neste meu procedimento, Excelentíssimo Senhor, pelo exemplo do Reverendíssimo Senhor Padre Mestre Ignacio de Sousa Rolim, diretor de um colégio de instrução na Freguesia de Cajazeiras, nos limites desta com a Província da Paraíba, sacerdote digno a todos os respeitos pela sua sabedoria, ilustração e virtudes, que desde o aparecimento do Cólera na Cidade de Sousa, chamou o povo à penitência e nela o tem conservado até agora com tal fortuna, que tendo sido aquela Freguesia circulada pelo flagelo, ali ainda não tocou (Formiga, 1862b).

O padre Félix Formiga reafirmava a "resolução de conservar os meus fregueses em oração e penitência até que fossemos castigados ou perdoados" (Formiga, 1862b). Ou seja: caberia a Deus definir a punição pelo cólera ou a aceitação dos sacrifícios de expiação pública, minorando a ação da doença. Em carta repleta de indícios de desobediência às orientações diocesanas, o padre terminava estabelecendo um período final para as ações penitenciais: "mas não devo ir contra a opinião e ordem de V. Exª., e por isso findo os exercícios do Mês Mariano farei cessar com as mortificações, que pensando talvez erradamente, me parecia dever continuar" (Formiga, 1862b).

Mesmo que o padre tenha desobedecido ao bispo e às autoridades sanitárias, Missão Velha não foi tão castigada pelo cólera. Não pensemos, obviamente, que Deus tenha aceitado as súplicas do sacerdote indisciplinado e pairado Sua poderosa mão sobre aquele lugar. Talvez tenha ocorrido um golpe de sorte, afinal as epidemias são imprevisíveis: na cidade de Crato, localizada a poucos quilômetros em relação à Missão Velha, a doença abateu 871 pessoas entre abril e agosto de 1862; no território paroquial do padre Formiga morreram 48 (Medeiros, 1863, p. 17).

O que importa é perceber como a epidemia foi um vetor para que sacerdotes se promovessem como mais poderosos ante as divindades do que outros, reforçando um discurso penitencial que via a epidemia como um flagelo de Deus. O padre Formiga se beneficiou dessa pretensa fama. A historiografia destaca esse imaginário religioso sobre a doença. Para Jean Delumeau (1989, p. 146), "as iniciativas individuais não bastavam" em tempo de peste. Se uma cidade inteira era tomada pela doença, toda ela era considerada "culpada". Logo, "sentia-se a necessidade de implorações coletivas e de penitências públicas cuja unanimidade e o aspecto, [...], quantitativo, poderiam talvez impressionar o Altíssimo" (Delumeau, 1989, p. 146). Orações públicas, procissões e outras práticas penitenciais, eram, assim, instituídas para a "remissão dos pecados" e vitória sobre a "peste" no Ceará: foi assim que o padre Formiga agiu.

Não foi apenas em Missão Velha que ações penitenciais ocorreram. O cólera encetou atos públicos de penitência por todo o sertão cearense. O Barão de Studart descreveu uma procissão nas ruas de Baturité durante a epidemia:

> [...] na frente uma grande cruz cingida com uma toalha branca, uma matraca a soar, o padre de alva e estola preta a entoar em voz cavernosa e soturna o Paenitet e após a multidão dos fiéis, uns com grandes pedras sobre a cabeça, outros com barricas ou pesados madeiros, descalços, todos a percutirem o peito a clamar misericórdia ou a verter o sangue à mercê dos azorragues; as casas de portas e janelas fechadas, ninguém ousando olhar os penitentes porque então sobrecarregaria a consciência com os pecados deles; ao chegar ao templo, mal alumiado, ao clarão dúbio de poucas velas, muitos se atiravam ao chão para que a multidão lhes passasse por cima, outros permaneciam imóveis de braços abertos, e a cada canto gemidos e o tilintar das disciplina a cortarem as carnes sem piedade. As disciplinas eram lâminas de ferro, dentadas, de 10 centímetros mais ou menos, presas a cordões (Studart, 1997, p 55-56).

Relatos de penitentes a flagelarem-se para abrandar a "ira dos Céus" também se deram em outros pontos da província. O pároco de Barbalha foi repreendido pelo jornal *O Araripe*, por, supostamente, incentivar a ação de penitentes, mesmo depois da passagem da epidemia. O ritual aconteceria ao meio-dia, reunindo "bandos confusos de homens descalços e meio nus, que cantando alto e descompassado rasgam as carnes com disciplinas!". Em tom irônico, o jornal afirmava que as pessoas não habituadas com os "costumes da paróquia", achavam aquilo "desordem" e "assuada". Mas, concluía: os penitentes "se açoitavam, porque o cólera estava para vir, e agora se açoitam, porque não têm o que fazer", com autorização do dito vigário (O Araripe, 1862, p. 2-3).

Nos relatos de atos penitenciais realizados no sertão do Ceará de 1862 percebemos como o medo da morte era acionado nas pregações e celebrações. A possibilidade de uma morte repentina amedrontava aqueles cristãos que, ante a crença católica nos ritos sacramentais, percebiam que as suas vidas na terra poderiam anteceder uma boa acolhida celeste. Morrer sem os sacramentos e os ritos fúnebres afligia aquela população que via a morte se aproximar a cada instante. O destino das almas dependia do sujeito que se arrependia e do padre que absolvia o penitente, bem como poderia se beneficiar da ação dos familiares vivos, por meio dos sufrágios dedicados aos finados (Reis, 1991). O problema era que, em tempos de epidemia, a obediência da cartilha do "bem morrer" ficava em suspenso.

Os limites entre a vida e a morte eram bastante tênues no imaginário social oitocentista. Os moribundos e familiares se empenhavam em cumprir as práticas garantidoras da "boa morte", pois a transição malfeita poderia transformar os primeiros, quando mortos, em almas penadas, alongar a passagem pelo Purgatório (pagando as penas dos pecados arrependidos) ou, até mesmo, condená-los ao Inferno. As cerimônias e a simbologia eram acionadas para promover a "boa viagem" ao "outro mundo", integrando o morto, o mais breve possível, no novo lugar, "para seu próprio bem e a paz dos vivos" (Reis, 1991, p. 96).

Philippe Ariès (2003, p. 31) afirmou ser a "boa morte" precedida por aviso prévio, como a doença, pois, "sabendo de seu fim próximo, o moribundo tomava suas providências". A produção de testamento, a reconciliação com membros da família ou da comunidade, o reconhecimento e pagamento de dívidas e a procura pelos sacramentos eram algumas das providências a tomar. Finar no leito

doméstico, rodeado por familiares e amigos, após receber a confissão, seguida da comunhão e da extrema-unção, quando o sacerdote untava, com os "óleos santos", orelhas, olhos, nariz, mãos e boca do enfermo, era o modelo idealizado pela "pedagogia do bem morrer", ensinada aos fiéis pelos padres e por manuais populares até o oitocentos (Rodrigues, 2005).

Após o traspasse de alguém, os rituais prosseguiam: era preciso amortalhar o corpo, velá-lo, mandar celebrar missas de corpo presente e encomendação do defunto com os sacerdotes, e, enterrá-lo, enfim, em "campo santo", como igrejas e cemitérios. Na sequência à cerimônia de enterro, outros ritos seriam realizados: a manutenção do luto, missas expiatórias, o acendimento de velas, as visitas de cova etc. A "boa morte" exigia empenho dos familiares do finado, bem como recursos financeiros. Se algumas famílias faziam da morte de seus membros um espetáculo barroco, por meio do qual reafirmavam o *status* social, pessoas pobres, com poucos recursos, se esforçavam para minimamente ver garantidos os ritos de passagem, filiando-se a irmandades religiosas ou legando parte de seus parcos bens para os gastos fúnebres (Reis, 1991).

Em contraponto ao modelo descrito acima, a "morte terrível" assaltava de forma súbita, não dando tempo ao moribundo de se preparar para a passagem. Não por acaso, os surtos epidêmicos e as guerras eram colocados como exemplos de "má morte" (Ariès, 2003, p. 27). Conjunturas extraordinárias de tensão social alteravam as práticas fúnebres corriqueiras, ante o número assustador dos doentes e mortos. Os ritos cotidianos a unir o morto ao seu círculo não são os mesmos em tempo de peste. A liturgia fúnebre que ordinariamente deveria se "desenrolar na ordem e na decência", era substituída, "em condições insustentáveis de horror", pela "anarquia e de abandono dos costumes mais profundamente enraizados no inconsciente coletivo" (Delumeau, 1989, p. 123). O abandono dos ritos apaziguadores, por conta da epidemia, não deixava de ser trágico para os vivos, por dessacralizar a morte, tornando-a indecente: "uma população inteira corre o risco do desespero ou da loucura, sendo subitamente privada das liturgias seculares que até ali lhe conferiam nas provações dignidade, segurança e identidade" (Delumeau, 1989, p. 125).

Exemplo de como o cólera afetou os ritos sacramentais finais no sertão do Ceará, é o caso da morte do padre João Marrocos Telles. No dia 18 de julho de 1862, o padre Antonio de Almeida enviou missiva desde o povoado de Joaseiro

para o bispo D. Luís Antonio dos Santos, que estava em Fortaleza, relatando diversos problemas ligados à epidemia do cólera. Destacava, especialmente, o falecimento do padre Marrocos.

> É com a maior mágoa, que participo à Vossa Excelência de ter sucumbido no dia 2 do corrente na cidade do Crato o Pe. dito João Marrocos, vítima do cólera-morbo, ou de sua dedicação, pois sou informado que prestou os socorros espirituais a quem o procurava até final prostração, achando-se acometido desde o começo da invasão da referida peste.
>
> Corre que acabou pedindo ao menos absolvição de seus pecados e não a obteve. Disse-me o Reverendíssimo Vigário [Manoel Joaquim Aires do Nascimento], que ele mandava rogar pelo Santíssimo Sacramento a um nosso Irmão para o ouvir de confissão e ele, coitado, teve a fraqueza de negar-se absolutamente. Com o Pe. Mestre Marrocos sucumbiram mais [de] quinhentas pessoas, das quais trezentas finaram sem o pasto espiritual, pois que o Vigário teria confessado umas cem pessoas, enquanto não foi acometido. Os mais sacerdotes abandonaram a Cidade inclusive o Coadjutor. Era o Pe. Marrocos o mais moço dos cinco assistentes na cidade; era Vigário da Vara e Lente de latim do Crato; era muito estudioso; inclinado ao púlpito; dado à oração; inteligente em as cerimônias e ritos da Igreja; divulgava-se nele o espírito de caridade; e era o único, que ainda nestes tempos de tanta preocupação mundana recitava de tempos em tempos o seu breviário: foi uma perda grandíssima para o Crato (Almeida, 1862).

Pela citação acima, se nota que muitos padres fugiram das suas obrigações sacramentais. O medo da contaminação levava os sacerdotes a negarem os sacramentos, pondo a alma dos fiéis moribundos em risco. Ao que parece, a cidade de Crato ficou abandonada com apenas o padre João Marrocos a distribuir "pasto espiritual", já que o pároco, Manoel Joaquim Aires do Nascimento, ficou acamado pelo cólera. Mesmo doente, padre Marrocos teria acorrido aos necessitados de sua presença. Se por zelo pastoral ou por medo de ser cobrado na vida vindoura, não sabemos; mas, os atos do padre Marrocos eram narrados como heroicos.

Talvez o desprendimento de João Marrocos em socorrer os moribundos revelasse peso de consciência, pois, apesar da descrição tão lisonjeira feita pelo padre Almeida, que fazia do colega de batina um exemplar modelo de sacerdote, os indícios mostram como aquele era carregado de desvios no seu ofício, inclusive no que diz respeito ao voto obrigatório da castidade: Marrocos vivia

uma relação carnal com Maria da Conceição do Amor Divino, com quem teve filhos (Batizados, 1841-1842, p. 87f. e v.). Inclusive, no mesmo dia em que João Marrocos morreu, faleceu, por cólera, um filho seu, Manoel Marrocos Telles, além de um escravizado do padre, de nome Félix. Outro cativo do vigário Marrocos, Francisco, havia morrido em 4 de junho de 1862 (Coléricos, 1862-1864, p. 1v.). O cólera matou o padre/pai de família, parte de sua descendência e escravaria, demonstrando o impacto da peste sobre a vida das pessoas.

Sabemos como a morte do padre Marrocos marcou profundamente outro filho dele com Maria da Conceição do Amor Divino: José Joaquim Marrocos Telles, professor e jornalista, com ação pública reconhecida, entre final do século XIX e início do XX, pela proximidade cultivada com o padre Cícero Romão Batista, líder político e religioso que atraiu milhares de romeiros e migrantes para o Cariri, mudando os rumos políticos, econômicos e sociais da região (Della Cava, 2014). Os dois eram primos, nutriam forte religiosidade e tiveram a vida afetada pelo cólera: também o pai de Cícero, Joaquim Romão Batista, morreu a 28 de junho de 1862, em meio ao caos colérico (Coléricos, 1862-1864, p. 4). José Marrocos Telles tentou dirigir-se à carreira do pai, entrando para o Seminário da Prainha, em Fortaleza, no ano de 1865. Todavia, o fato de ser filho de padre o impediu de seguir aquele caminho. Não ficava só nisso: também era bisneto de padre (Nobre, 2019, p. 56). O carreirismo sacerdotal, ao que parece, se abatia na família Marrocos de forma perene. Devemos lembrar: no século XIX os padres, para além das funções espirituais, eram funcionários públicos, ligados ao Estado, com poderes e deveres muito bem definidos (Siqueira, 2022).

Mesmo impedido de receber o sacramento da ordem, José Marrocos manteve-se sempre bastante religioso e apegado à memória quase santificada do pai/padre morto pelo cólera. Em 11 de janeiro de 1888, José Marrocos Telles escrevia ao bispo do Ceará, D. Joaquim José Vieira, sobre a construção de uma capela em honra de Nossa Senhora das Dores, "no Cemitério dos Coléricos onde duas mil almas esperam impacientes desde 1862 a propiciação do Divino Sacrifício" (Marrocos, 1888). O projeto de templo nunca se concretizou. Ficou apenas o desejo de um fiel em busca de amenizar as possíveis dores do pai ante o Purgatório.

A falta da capela no cemitério dos coléricos de Crato não impedia que fosse, para Marrocos, um local de permanência das suas orações. Irineu Pinheiro, que enquanto criança conviveu com José Marrocos, narrou:

> Todas as semanas, ia com estes [seus alunos] até o Cemitério dos Coléricos, distante do centro da cidade cerca de mil e quinhentos metros, e ali, ao pé da sepultura de seu pai, oravam pelos que tinham morrido da peste asiática nas epidemias de 1862 e 64. No mês de novembro era diária a visita ao cemitério e lá rezavam o exercício das almas e cantavam ladainhas tiradas, na era de [18]90 se não me engano, por um dos discípulos, Carolino Sucupira, que inda hoje vive em Fortaleza. Certo dia, Carolino para acabar mais depressa, cantou a oração, numa música ligeira. Ouvia-a calado José Marrocos, mas, ao terminar o cantor, disse-lhe, calmamente, o professor: "Agora cante outra ladainha, que eu não gosto de ladainha de comboieiro". E Carolino não teve outro jeito senão entoar nova ladainha, na música habitual. A cada invocação da Virgem ou dos Santos, respondiam os meninos monotonamente, com seus ora pro nobis, que ecoavam pelo silêncio do cemitério, através das tumbas enegrecidas pelos anos, algumas estragadas pelo tempo, a se esboroarem, num abandono que enchia os corações de funda melancolia (Pinheiro, 1963, p. 130).

Já que estamos falando em padre que teve filhos, no dia 31 de julho de 1862, Manoel Joaquim Aires do Nascimento, pároco de Crato, dava notícias ao bispo sobre o cólera naquele lugar. De início, a carta citava a distribuição de esmola entre os pobres da cidade com o legado testamentário deixado pelo senador José de Alencar, padre e pai, com raízes no Cariri e participação nas revoluções de 1817 e 1824:

> Pelo correio chegado ontem à noite a esta cidade me foi entregue a carta de Vossa Excelência de 26 de março do corrente ano, relativa ao legado, que deixou o falecido senador Alencar para ser distribuído pelos [...] pobres desta Freguesia. Este legado segundo pedido, que esse mandou fazer o Conselheiro Doutor José Martiniano de Alencar, testamenteiro do mesmo falecido, eu o recebi de mão do Tenente Coronel Semião, desde o mês de abril, e o distribui com os pobres, do que já dei conhecimento ao mesmo testamenteiro (Nascimento, 1862).

Tendo falecido o padre Alencar em 1860, o filho só liberou o legado para os pobres em 1862. Obviamente todo inventário *post mortem* leva certo tempo para ser resolvido. Mas, ao que parece, o Conselheiro José de Alencar – famoso romancista e político cearense que se autointitulou Erasmo em suas cartas públicas, lembrando que Erasmo de Roterdã também era filho de sacerdote católico – quis diminuir a ira celeste sobre os erros paternos distribuindo as esmolas bem no momento em que chegava a peste ao Crato, terra natal e berço político do progenitor. Assim, os filhos de padres, durante o cólera, aparecem como figuras importantes em seus procederes religiosos e piedosos.

De todo modo, se nota que a presença do cólera no Ceará e a preocupação com o destino das almas movimentavam medos e devoções, inclusive ultrapassando o tempo imediato da epidemia: décadas após ela, o cemitério dos coléricos de Crato era palco para atos penitenciais e devocionais do filho do padre Marrocos. As cartas escritas pelos sacerdotes que vivenciaram a epidemia dão conta das ações dos penitentes e do pavor vivido à época da peste. Os fiéis temiam a morte pela doença, por isso acorriam às celebrações de expiação pública, mesmo que isso, não sabiam eles, significasse risco de contaminação. Com medo de morrer em pecado, os paroquianos procuravam os sacramentos. Em Assaré, o padre José Tavares Teixeira, no dia 22 de maio de 1862, escrevendo ao bispo do Ceará, disse a respeito do cólera:

> Em tais apuros chamei a dias o povo à penitência e parece contrito e arrependido de suas iniquidades [...]. Entre alguns concubinados, que se me tem apresentado para casarem-se, apareceram os constantes das petições que a esta acompanham; e suplico a Vossa Excelência Reverendíssima se compadeça das almas dessas suas pobres ovelhas, que estão em grande perigo.
>
> Para aproveitar a boa disposição e mesmo situação desses infelizes, que estão agora assombrados com o horror de sua lamentável situação, ser-me-á preciso prescindir d'algumas formalidades como dispensa de banhos dos fregueses ou suas naturalidades depois d'um maduro exame a respeito: Digne-se Vossa Excelência Reverendíssima advertir-me se este procedimento merece sua aprovação (Teixeira, 1862).

Ou seja: a procura entre pessoas que viviam relações carnais fora do seio da Igreja era tão considerável, que o pároco de Assaré pedia ao bispo para simplificar a burocracia eclesial e acelerar as celebrações matrimoniais, para – vale a pena repetir a fonte, desculpe quem nos lê – "aproveitar a boa disposição e mesmo situação desses infelizes, que estão agora assombrados com o horror de sua lamentável situação" (Teixeira, 1862).

Por outro lado, os padres também falharam em seu ofício nos tempos do cólera. Humanos e pecadores, tal como os fiéis que deviam orientar, os sacerdotes fugiram das suas obrigações. A ausência deles à beira das camas dos moribundos foi também uma realidade: o medo fazia os vigários faltarem neste momento delicadíssimo, no qual o destino da alma podia ser decidido, como acreditavam os católicos daquele momento. Mesmo o padre João Marrocos, que tantas pessoas

socorreu com o "pasto espiritual", correu o risco de finar sem ser atendido por um irmão de sacerdócio, que "teve a fraqueza" de negar-lhe os últimos sacramentos (Almeida, 1862). Carecendo do perdão pelos conhecidos pecados, o padre Marrocos teve um alento antes de entregar sua alma ao Altíssimo: o pároco de Crato, Manoel Joaquim Aires do Nascimento, correu em seu socorro, garantindo-lhe a confissão antes do suspiro derradeiro (Coléricos, 1862-1864, p. 1v.).

Se os ritos pré-morte foram afetados pelo cólera, os pós-morte seguiram o mesmo caminho. É o que demonstraremos a seguir, ao expor como a questão dos enterros tornou-se um problema social e espiritual durante a crise epidêmica no Ceará de 1862.

"Sepultou-se no Cemitério dos Coléricos um párvulo, sem encomendação, que ali foi achado"

Um dos principais problemas enfrentados nas localidades cearenses atacadas pelo cólera foi a questão dos enterramentos dos mortos pela doença. À época da crise, poucos eram os lugares que contavam com cemitérios. Os sepultamentos continuavam a ocorrer no interior das igrejas em muitos povoados, vilas e cidades. Neste sentido, mesmo antes da chegada do cólera, o medo de contaminação estimulou a preparação de cemitérios específicos. Uma carta enviada da vila de Jardim pelo padre Joaquim de Sá Barreto, dirigida ao bispo diocesano, tratava do assunto:

> Nestas conjecturas, tenho os chamado à praça e à penitência, com novenas, preces, procissão, rogando à Divina Providência, nos preserve de tão terrível flagelo. Devendo também providenciar a respeito dos enterramentos, no caso do aparecimento do mal, peço à Vossa Excelência Reverendíssima autorização para mim, ou o Reverendo Coadjutor desta Freguesia, benzermos um terreno nesta Vila, outro na Povoação de Porteiras, e outro no sítio Brejo, que sirvam de cemitérios especiais para os cadáveres dos coléricos; pois são estes os lugares de mais população da Freguesia, e que distam da Matriz de 5 a 10 léguas, como consta da petição que acompanha esta para Vossa Excelência resolver como achar de justiça (Barreto, 1862).

Após a confirmação do cólera no Ceará, a presidência da província e a diocese estimularam a criação das necrópoles. Em Crato, por exemplo, no livro de tombo paroquial, há cópia de ofício de Dom Luís Antônio dos Santos, datado de 10 de

maio de 1862, orientando a construção de cemitérios "para sepultar os mortos caso infelizmente seja [a freguesia] visitada pelo cólera morbus" (Livro [...], 1854-1909). O pároco, dizia o ofício, podia autorizar outros padres da paróquia para "benzer" os cemitérios que fossem necessários. O bispo indicava, ainda, como o pároco deveria atuar na crise: "Contamos com o zelo pastoral de Vossa Mercê de que exercerá o ofício de um bom Pastor para com as suas ovelhas, assim como auxiliar as autoridades e comissões de beneficência, e agenciando subscrições em favor dos desvalidos" (Livro [...], 1854-1909).

Em obediência à orientação do pastor diocesano, o livro de tombo da paróquia de Nossa Senhora da Penha de Crato documentou o "Registro do Termo de benção do cemitério", a 17 de junho de 1862. Com a presença do pároco Miguel Aires do Nascimento, do padre João Marrocos – que, como vimos anteriormente, seria sepultado no cemitério em questão, no dia 2 de julho de 1862 –, de autoridades civis e militares e do "povo" em geral, foi realizado o ritual "nos subúrbios desta cidade, na estrada geral, que sai dela para o sítio Buriti", "onde a comissão sanitária tinha mandado roçar um terreno" para enterro dos coléricos (Livro [...], 1854-1909). Durante a cerimônia, o pároco Aires do Nascimento,

> [...] levantou uma Cruz de madeira em frente ao mesmo terreno e depois de primeiro ser esta benta pelo Reverendo Vigário da Vara [padre João Marrocos], passou o Reverendo Páraco, e mais cantores a entoar as Ladainhas e Salmos presentes no Ritual Romano, findo estes, lançou Água Benta no terreno, e incensou a Cruz, na forma do costume (Livro [...], 1854-1909).

A criação de campos santos para os defuntos da epidemia refletia preocupações higiênicas, como a garantia de maior inviolabilidade dos túmulos, ao contrário dos cemitérios comuns, nos quais as covas eram reabertas com regularidade, para retirada de restos mortais e colocação de novos cadáveres. No caso das epidemias, a teoria miasmática orientava cuidado redobrado com a gestão das covas, haja vista o risco de infecção do ar pelos corpos em putrefação (Alexandre, 2020).

Primeira localidade vitimada pelo cólera no Ceará, Icó viu suas ruas tomadas por trânsito constante de corpos em direção ao cemitério construído por conta da epidemia. Luís José de Medeiros, presidente da comissão sanitária da cidade, relatou ao presidente da província que o campo santo não cessava "de receber cadáveres aos, 10, 12, 13 e 20 por dia, e hoje até este momento cinco horas da

tarde já se contaram 26 e provavelmente ainda excederão de 30!" (Medeiros, 1862). Houve dias em que as mortes somaram mais de cinquenta na cidade (Figueiredo Júnior, 1862a).

O registro de tantas mortes diárias era um desafio às paróquias. O *Livro dos Coléricos* de Crato, que documentou parte dos enterros no cemitério criado na epidemia, traz o caso do "rapaz de nome Antônio", recolhido no "hospital desta cidade" e falecido a 23 de junho de 1862. O pároco responsável pelo registro deixa claro as lacunas existentes sobre a vida de Antônio: "ignora-se seu nome inteiro, sua idade, sua cor, o nome de seus pais, onde morava" (Coléricos, 1862-1864, p. 12). Nos registros, há também casos de crianças abandonadas sem identificação: "Sepultou-se no Cemitério dos Coléricos um párvulo sem encomendação, que ali foi achado no dia vinte e seis de junho de mil oitocentos e sessenta e dois; ignora-se seu nome, idade, cor, de quem é filho e nem onde morava" (Coléricos, 1862-1864, p. 12). Provavelmente, o "anjinho" finara no meio dos familiares que abandonaram, rapidamente, o pequeno corpo no cemitério.

Entes queridos finavam e eram sepultados sem a obediência mínima aos ritos tradicionais durante a epidemia. Para alguns observadores, era indecente e imoral a forma como os corpos eram levados para as covas. Dhenis Maciel encontrou cartas que narram o incômodo provocado pela imagem dos cadáveres levados com a "roupa do corpo", que vestiam quando do falecimento, sem mortalhas ou lençóis lhes cobrindo com dignidade. Particularmente, incomodava aos missivistas as defuntas "donzelas", expostas de forma "escandalosa" aos olhares e ao manuseio dos coveiros, descritos com "vis e corrompidos pelo vício e devassidão" (Maciel, 2017, p. 226-227).

A possibilidade de mortas terem sido profanadas era algo a atormentar familiares, servindo, inclusive, de inspiração à literatura. Em 1899, o farmacêutico Rodolfo Teófilo, que vivenciou o drama epidêmico de 1862 em Maranguape, publicou a novela "Violação", narrando um caso de necrofilia: uma virginal vítima, morta pelo cólera, é violada por presidiários contratados para enterrar os defuntos. A cena de horror é narrada na novela pelo noivo da vítima. Imobilizado pelo cólera, ele nada pode fazer pela amada:

> A carne havia triunfado nas bestas humanas, à mercê das quais estava a virgindade dela e a paz de toda a minha vida. Eles tinham perdido a razão e com ela todos os escrúpulos da

> moral. Nem o espetáculo da morte e nem tampouco o receio da peste embotavam nos celerados os lúbricos desejos carnais! [...]. Os dois monstros, cada qual mais repelente pela sua moral, mais imundo pelo seu físico, mais asqueroso pelos seus vícios, indignos mesmo do amor de um cadáver, cevaram-se à farta na virgem morta (Teófilo, 1979, p. 255).

A história dos presos-coveiros de Maranguape indicia a preocupação com o sepultamento célere dos coléricos. A contratação de pessoal para transportar doentes para as enfermarias e cadáveres para os cemitérios, ou para exercer o trabalho infindo de abrir covas e valas comuns, não foi fácil para várias comissões de socorro espalhadas pela província. Apenas indivíduos miseráveis aceitavam arriscar suas vidas por pagamentos irrisórios ante os riscos do ofício. Em São Bernardo, não "havendo meios para prover ao enterramento dos coléricos, porque o povo recusa-se a carregá-los", resolveu a Comissão de Socorros negociar medida que não deixava de ser polêmica: a remuneração por produtividade. Contratou quatro indivíduos "mediante a paga de 1.280 réis por cada corpo" sepultado (Figueiredo Júnior, 1862b). Francisco Rodrigues Sette, presidente da comissão de socorros do Crato, também preocupado com o serviço de enterramento, adquiriu duas carroças para recolhimento dos defuntos, "conduzidas por oito indivíduos que trabalham alternativamente dia e noite, vencendo 1# rs (mil réis) por dia e 1#500 rs (mil e quinhentos réis) por noite" (Figueiredo Júnior, 1862c). Se a ceifa do cólera agia 24 horas por dia, era necessário impedir o acúmulo de mortos nas ruas, daí porque o serviço de transporte para o cemitério não podia parar.

Nascido em Crato em fins do oitocentos, Irineu Pinheiro conversou com sobreviventes da epidemia. A partir dos relatos coletados, escreveu que mesmo a pequena parcela de abastados da cidade, que podia ter seus corpos enterrados em caixões, não teve o préstito de amigos e familiares em seu cortejo ao cemitério. Os pobres, grande maioria dos vitimados, quando muito, tinham seus cadáveres levados em "fiangos"[3] ou eram simplesmente amontoados em carroças, sem consideração às diferenças de sexo e idade, puxadas por animais até as valas comuns (Pinheiro, 1963, p. 422-423). Os responsáveis pelas carroças de mortos trajavam roupas específicas: vestes, gorros e meias que subiam até os joelhos, todos na cor vermelha (Pinheiro, 1963, p. 423). A busca por defesas profiláticas talvez explique o porquê de tais homens atuarem, ordinariamente, bêbados (Pinheiro, 1963, p. 423), ante a crença generalizada, defendida até por parte da medicina da época, de que assim estariam imunizados. Para além da fé no poder preventivo do álcool,

a bebida também devia ter efeito no ânimo de indivíduos exercendo o penoso ofício, que poucos achavam digno ou tinham medo de executar.

A mais interessante descrição dos coveiros do Crato foi dada pelo médico Manoel de Medeiros, no relatório sobre a epidemia no sul do Ceará. Entre fins de junho e início de julho de 1862, houve dia no qual 48 pessoas morreram na cidade, ocasionando o atropelo no serviço das inumações, com 60 cadáveres esperando sepultura (Medeiros, 1863). Foi preciso pagar a muitos homens para regularizar, durante o dia inteiro de trabalho árduo, a situação no cemitério, enquanto as duas carroças "percorriam as ruas, tomando os cadáveres aqui e ali, e um homem as percorria a cavalo, sabendo onde eles existiam, para os fazer conduzir". Parte considerável das personagens prestadoras de tal serviço pereceu, de modo que "os carroceiros levaram para a sepultura hoje os que na véspera tinham sido seus companheiros nesse trabalho, e foi preciso, organizar muitas vezes essa companhia, ou antes renová-la tanta foi a perda que experimentou". A despeito do caráter letal do serviço, a deixar seus executores no limiar da contaminação e morte, espantava ao médico a "afoiteza" com que o ofício era exercido por indivíduos miseráveis, a aceitarem o parco salário oferecido:

> Homens malvestidos e descalços, os coveiros e carregadores andavam ao sol ardente, e durante o frio intenso da noite, sem a menor precaução; tomavam os cadáveres e conduziam; levando pendurada no carro [a] carne que compravam [para consumo], comiam sobre ele, e aí [nas carroças] deitados voltavam do cemitério procurando novos cadáveres para sepultar! (Medeiros, 1863, p. 13).

Narrando fato "que muito escandalizou a população", Medeiros acusou os "incumbidos de dar sepultura aos cadáveres" de terem exumado Manoel Sisnando Baptista, "sepultado com um rosário de ouro ao pescoço". A profanação ao túmulo teria consequências, coincidido "com a morte quase instantânea, de alguns indivíduos na cidade, e de um que casualmente passando aspirava as exalações cadavéricas" (Medeiros, 1863, p. 15).

O relato de pessoas enterradas vivas foi também recorrente em 1862. Irineu Pinheiro registrou que a pressa dos responsáveis pelo transporte e enterro dos coléricos era tanta, que circulava entre os sobreviventes da epidemia em Crato o relato de que numa manhã foi achado o corpo de uma mulher, dada como morta na véspera, "sentada no chão da vala, vestida na sua mortalha de madapolão,

um cordão de São Francisco a amarrar-lhe a cintura" (Pinheiro, 1963, p. 134). Memórias como esta fizeram na necrópole de Crato um espaço interdito: "Muita gente após vários anos da calamidade, temia até entrar no cemitério dos coléricos. Contavam histórias de arrepiar cabelos de muitos doentes que foram enterrados ainda vivos, com a pressa da arrecadação de cadáveres para a vala comum" (Figueiredo Filho, 1966, p. 143).

Considerações finais

Em 1862, a população do Ceará era assombrada pelo cólera. Os padres, em suas funções, se sentiam incomodados com a situação. Mesmo que alguns chamassem a população aos ritos penitenciais, outros logo os abandonariam pelo medo da morte, que ia, rapidamente, se espalhando. Vários sacerdotes católicos deixariam de lado as obrigações com as almas dos fiéis. Não confessavam os moribundos nem distribuíam a comunhão, ou davam a extrema-unção. O povo ia morrendo aos montes sem ter, naquelas mentes, a certeza de salvação.

Naquele cenário de medo e morte, os enterros dos coléricos tornaram-se alvo de tensão. Cemitérios foram instituídos às pressas e os ritos fúnebres simplificados, quando não abandonados totalmente: havia pouca decência na forma como os cadáveres eram transportados e sepultados.

Aliás, o cólera contribuiu para mudanças permanentes nos locais de sepultamentos no Ceará. Muitas localidades cearenses tiveram seus primeiros cemitérios criados por conta da emergência de 1862. A partir daí, os enterros no interior das igrejas foram sendo abandonados. Tal fenômeno repetia o que se vinha fazendo nas grandes cidades brasileiras do oitocentos[4].

No Ceará de 1862, o cólera afligiu uma multidão de pessoas, abandonadas por Deus, pelos padres e pelo governo: cerca de 12.000 repousariam no solo dos cemitérios destinados aos coléricos.

Referências

ALEXANDRE, Jucieldo Ferreira. *A peste serve a qual partido?*: disputas políticas e epidemia do cólera (Ceará, 1862-1863). 2020. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2020.

ALEXANDRE, Jucieldo Ferreira. *Quando o anjo do extermínio se aproxima de nós:* representações sobre o cólera no semanário cratense O Araripe (1855-1864). 2010. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010.

ALMEIDA, Antônio de. *Carta do padre Antônio de Almeida ao bispo do Ceará, Dom Luís Antonio dos Santos.* Joaseiro, 18 jul. 1862. Departamento Histórico Padre Antonio Gomes de Araújo de Crato-CE. Departamento Histórico Padre Antonio Gomes de Araújo de Crato-CE.

ARIÈS, Philippe. *História da morte no Ocidente.* Rio de Janeiro: Ediouro, 2003.

BARRETO, Joaquim de Sá. *Carta do Padre Joaquim de Sá Barreto a Dom Luís Antônio dos Santos, Jardim, 1862*. Crato: Departamento Histórico Padre Antonio Gomes de Araújo, 1862.

BATIZADOS. *Livro de Batizados.* Crato: Paróquia de Nossa Senhora da Penha, 1841-1842. Departamento Histórico Padre Antonio Gomes de Araújo de Crato-CE.

BELTRÃO, Jane Felipe. *Cólera, o flagelo do Grão Pará.* 1999. Tese (Doutorado em História) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.

BRASIL, Thomaz Pompeo de Souza. *Ensaio estatístico da província do Ceará.* Fortaleza: Fundação Waldemar de Alcântara, 1997. t. 1, Ed. fac. sim. (1863).

COLÉRICOS. *Livro dos Coléricos.* Crato: Paróquia de Nossa Senhora da Penha, 1862-1864. Departamento Histórico Padre Antonio Gomes de Araújo de Crato-CE.

COOPER, Donald B. The new "black death": cholera in Brazil, 1855-1856. *Social Science History.* Durham, v. 10, n. 4, p. 467-488, 1986.

CUNHA, Herculano Antonio Pereira da. *Relatório com que abriu a Assembléia Legislativa Provincial do Ceará, o 1º Vice-Presidente da mesma o Excelentíssimo Senhor Doutor Herculano Antonio Pereira da Cunha, no dia 1º de julho de 1856.* Ceará: Typographia Cearense, 1856.

DELLA CAVA, Ralph. *Milagre em Joaseiro*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

DELUMEAU, Jean. *História do medo no Ocidente.* São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

DINIZ, Ariosvaldo da Silva. *Medicina e curandeirismo no Brasil.* João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2011.

EVANS, Richard J. *Death in Hamburg:* society and politics in the cholera years. New York: Penguin, 2005.

FIGUEIREDO FILHO, J. de. *História do Cariri.* Crato: Faculdade de Filosofia do Crato, 1966. v. 3.

FIGUEIREDO JÚNIOR, José Bento da Cunha. *Ofício n. 41*. Fortaleza, 26 maio 1862a. Negócios de províncias e estados. Ofícios de diversas autoridades. Ofícios do Governo do Ceará (1861-1862). Notação IJJ 9-181. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

FIGUEIREDO JÚNIOR, José Bento da Cunha. *Ofício n. 47.* Fortaleza, 9 jun. 1862b. Negócios de Província e Estados. Ofícios de diversas autoridades. Ofícios do Governo do Ceará (1861-1862). Notação IJJ 9-181. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

FIGUEIREDO JÚNIOR, José Bento da Cunha. *Ofício n. 65.* Fortaleza, 12 ago. 1862c. Negócios de Província e Estados. Ofícios de diversas autoridades. Ofícios do Governo do Ceará (1861-1862). Notação IJJ 9-181. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

FORMIGA, Félix Aurélio Arnaud Formiga. *Carta do padre Félix Aurélio Arnaud Formiga ao bispo do Ceará, Dom Luís Antonio dos Santos.* Missão Velha, 27 fev. 1862a. Pasta CRA 10, 14. Departamento Histórico Padre Antonio Gomes de Araújo de Crato-CE.

FORMIGA, Félix Aurélio Arnaud Formiga. *Carta do padre Félix Aurélio Arnaud Formiga ao bispo do Ceará, Dom Luís Antonio dos Santos.* Missão Velha, 21 maio 1862b. Pasta CRA 15, 47. Departamento Histórico Padre Antonio Gomes de Araújo de Crato-CE.

FROTA, Miguel Francisco da. *Carta do padre Miguel Francisco da Frota ao bispo do Ceará, Dom Luís Antonio dos Santos.* Icó, 4 maio 1862. Caixa 24, Pasta L0178. Centro Cultural da Diocese de Iguatu-CE.

LEMOS, Mayara de Almeida. *Terror no sertão do Ceará:* o cólera e seus flagelos. Fortaleza: EdUECE, 2016.

LIVRO de Tombo n. 1. Crato: Paróquia de Nossa Senhora da Penha, 1854-1909. Departamento Histórico Padre Antonio Gomes de Araújo de Crato-CE.

MACHADO, José Antonio. *Ofício n. 35.* Fortaleza, 04 maio 1862. Negócios de Províncias e Estados. Ofícios de diversas autoridades. Ofícios do Governo do Ceará (1861-1862). Notação IJJ 9-181. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

MACIEL, Dhenis Silva. *Dos sujeitos, dos medos e da espera*: a construção social do cólera-*morbus* na província cearense (1855-1863). 2017. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2017.

MARROCOS, José Joaquim Telles. *Carta de José Joaquim Telles Marrocos para o bispo do Ceará, Dom Joaquim José Vieira.* Crato, 11 jan. 1888. Departamento Histórico Padre Antonio Gomes de Araújo de Crato-CE.

MCNEILL, Willian. H. *Plagues and peoples*. New York: Anchor Press, 1976.

MEDEIROS, Antônio Manoel de. *Relatório apresentado ao Ilm. Exm. Sr. Dr. José Bento da Cunha Figueiredo Júnior, presidente da Província do Ceará pelo Dr. Antônio Manoel de Medeiros, 1º cirurgião do corpo de saúde do exército, em comissão nas comarcas do Crato, e Jardim, durante a epidemia do cólera-morbo em 1862.* Ceará: Typ. Brazileira, 1863.

MEDEIROS, Luís José de. Comunicação do presidente da Comissão de Socorros. Icó, 18 abr. 1862. *In:* MACHADO, José Antonio. *Ofício n. 35.* Fortaleza, 04 maio 1862. Negócios de Províncias e Estados. Ofícios de diversas autoridades. Ofícios do Governo do Ceará (1861-1862). Notação IJJ 9-181. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

NASCIMENTO, Manoel Joaquim Aires do. *Carta do padre Manoel Joaquim Aires do Nascimento ao bispo do Ceará, Dom Luís Antonio dos Santos.* Crato, 31 jul. 1862. Departamento Histórico Padre Antonio Gomes de Araújo de Crato-CE.

NOBRE, Edianne. Em nome do pai: religião e política na trajetória pública de José Marrocos (1842-1910). *In:* SILVA, Amanda Teixeira. *Novas Histórias do Cariri.* Curitiba: CRV, 2019. v. 1, p. 55-68.

O ARARIPE. Crato, 19 out. 1862.

O CEARENSE. Fortaleza, 20 mar. 1863

PEDRO II. Fortaleza, 14 maio 1862.

PINHEIRO, Irineu. *Efemérides do Cariri*. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1963.

REIS, João José. *A morte é uma festa*: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

RODRIGUES, Claudia. *Lugares dos mortos na cidade dos vivos*: tradições e transformações fúnebres no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1997.

RODRIGUES, Claudia. *Nas fronteiras do além*: a secularização da morte no Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

ROSEN, George. *Uma história da saúde pública*. São Paulo: Hucitec: Editora da Unesp; Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Pós-graduação em Saúde Coletiva, 1994.

ROSENBERG, Charles E. *The cholera years*: the United States in 1832, 1849, and 1866. Chicago: University of Chicago, 1987.

SIAL, Vanessa Viviane de Castro. *Das igrejas ao cemitério*: políticas públicas sobre a morte. 2005. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

SIQUEIRA, Antônio Jorge. *Os padres e a Teologia da Ilustração*: Pernambuco – 1817. Recife: CEPE, 2022.

SOURNIA, Jean-Charles; RUFFIE, Jacques. *As epidemias na história do homem*. Lisboa: Edições 70, 1986.

STUDART, Dr. Barão de. *Climatologia, epidemias e endemias do Ceará.* Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 1997. Ed. fac-sim. (1909).

TEIXEIRA, José Tavares. *Carta do padre José Tavares Teixeira ao bispo do Ceará, Dom Luís Antonio dos Santos.* Assaré, 22 maio 1862. Pasta CRA, 19, 120. Departamento Histórico Padre Antônio Gomes Araújo de Crato-CE.

TEÓFILO, Rodolfo. *A Fome/Violação*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio; Fortaleza: Academia Cearense de Letras, 1979.

Notas

1 Doutorado em História pela Universidade Federal Fluminense (2020). Professor Adjunto III da Universidade Federal do Cariri. https://orcid.org/0000-0002-6178-3665 *E-mail*: jucieldo.alexandre@ufca.edu.br

2 Doutorado em História pela Universidade Federal de Pernambuco (2018). Professor colaborador do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco. https://orcid.org/0000-0002-6178-3665 *E-mail*: cadenapaulo@gmail.com

3 A palavra "fiango" diz respeito à rede de dormir velha, surrada. Não obstante, Irineu Pinheiro usou o termo para se referir às redes usadas no Crato para transporte dos coléricos defuntos pobres, sem condições de adquirir caixões de madeira (Pinheiro, 1963, p. 422).

4 Se desde as primeiras décadas do século XIX, médicos e autoridades públicas bradavam contra a continuidade dos enterros nos templos, foram as grandes epidemias que afetaram o Império a partir de 1849 que aceleraram a aceitação dos cemitérios. Assim ocorreu, por exemplo, no Rio de Janeiro (Rodrigues, 1997), em Recife (Sial, 2005) e Salvador, cidade esta que em 1836 tinha sido palco de revolta que destruiu um campo santo, pois parte da população não aceitava o fim dos enterros nos templos, vistos como importantes para a salvação das almas. Quando o cólera atacou com força Salvador, em 1855, o cemitério acabou aceito (Reis, 1991).